

# Adecif alerta que tabelamento inviabilizará crédito direto

**Consuelo Dieguez**

FOZ DO IGUAÇU — Os dirigentes das instituições de crédito, financiamento e investimento encaminharam ontem um documento ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, alertando para os riscos da inviabilização do crédito ao consumidor caso o tabelamento de juros de 12% ao ano seja implantado. As financeiras sugeriram que seja mantida a obrigatoriedade da lei complementar, determinando entre outros pontos que para o cálculo da taxa de juros reais sejam excluídos os custos de operação do setor e os tributos incidentes sobre estas operações.

O argumento das financeiras é de que os constituintes, ao aprovarem o tabelamento dos juros, dificultaram o acesso da população ao crédito direto, porque as financeiras não terão condições de operar nestas bases. O documento, que encampou a proposta apresentada pelo presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Adecif), Luiz Alberto Madeira Coimbra, argumenta que a concessão de crédito à pessoa física exige o uso de um vasto contingente de mão-de-obra para o cadastramento, crédito, cobrança e serviço de computação, o que faz com que os custos operacionais sejam elevados em relação ao baixo valor do financiamento.

O vice-presidente da Adecif, Jacques Claudio Stivelmann, disse que as financeiras trabalham com créditos de até 15 OTN, em sua maioria com grandes custos nestas operações, enquanto os bancos, em suas operações de empréstimo para grandes empresas, atingem o volume de empréstimos concedidos pelas financeiras a um custo e um risco muito menores.

Madeira Coimbra afirmou que a tributação e encargos como Imposto de Renda, IOF, ISS, PIS, e Finsocial representam 35% do custo de cada operação, os custos administrativos de 2% a 4% além das perdas por não recebimento dos empréstimos, o que eleva muito os custos dos créditos das financeiras, que por esta razão, não poderão operar com a taxa de juros de 12% ao ano.

Explicou, também, que a reforma do sistema financeiro está sendo desenvolvida dentro do cronograma organizado com o Banco Mundial e ainda este ano deverão ser definidos os critérios de entrada e saída no sistema e a liberalização das tarifas bancárias. Outra medida, que depende de aprovação do Congresso, é o estabelecimento da correção monetária para as concordatas, proposta pelo BC.